

A luz e a cor na requalificação da paisagem diurna e noturna: rua Cândido dos Reis, Cacilhas – Almada

Light and colour in the requalification of the day and night landscape: rua Cândido dos Reis, Cacilhas – Almada

Zélia Simões¹, Roselane Bezerra²

Resumo

A luz e a cor são elementos essenciais da imagem da cidade, porém nas últimas décadas, têm vindo a surgir novas formas de expressão que permitem questionar a sua relação com o cidadão, especialmente nos processos de requalificação urbana. Este artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre as estratégias de aplicação da luz e da cor, de iniciativa pública e privada, na requalificação em curso, da Rua Cândido dos Reis em Cacilhas, Almada. O estudo, permitiu-nos constatar que é dada importância à luz e à cor, mas percebemos a necessidade de integrar estes elementos numa metodologia de planeamento interdisciplinar.

Palavras-chave

requalificação, imagem, paisagem diurna e noturna, luz e cor

Abstract

Light and colour are essential elements of a city's image, although in the last decades, new forms of expression have emerged that allow us to question their relationship with the citizen, especially in the processes of urban requalification. This paper aims to present a reflection on application strategies of light and colour, of public and private initiative, on the ongoing requalification of Rua Cândido dos Reis in Cacilhas, Almada. With this study we conclude that although importance is given to light and colour, we realized the need to incorporate these elements into an interdisciplinary planning methodology.

Keywords

requalification, image, day and night landscape, light and colour

Introdução

Fortuna (1997, p. 4) refere que “a cidade não é uma coisa. Ela reconhece-se simultaneamente como real e representacional, como texto e como contexto, como ética e como estética, como espaço e como tempo, socialmente vividos e re (construídos)”. Nesta dinâmica um conjunto de ações influenciam a cultura, a memória, os comportamentos coletivos e individuais, assim como, a imagem arquitetónica e urbana.

Nas últimas décadas, “a acelerada globalização económica, industrial e tecnológica” tem originado profundas transformações que suscitam novas interrogações sobre a requalificação da imagem da *cidade pós-industrial* (Bezerra, 2014, p. 45). Este tema extensivo ao planeamento do território, ao desenvolvimento sustentável, à expressão cultural e histórica ou à estrutura social e comunitária, ocupa técnicos, decisores

públicos e municipais no desenvolvimento de soluções que reúnam consensos e interesses de várias áreas disciplinares.

Frequentemente são desenvolvidas soluções materializadas em programas de planeamento, valorização ambiental e requalificação urbana de intervenção pública com recurso a parcerias com a administração local e investidores privados que têm como um dos principais objetivos atrair novos habitantes, visitantes e investidores (Fortuna, 2009; Richards, 2001; Sánchez, 2010).

No entanto, os diferentes discursos refletem uma dualidade de considerações. Se, por um lado, autores defendem que perante a globalização, a representação das cidades se uniformiza e, também, as influências sobre a sociedade. Por outro, outros autores defendem que as dinâmicas criadas a tornam, em relação a outras, uma realidade comum, específica ou mesmo única (Fortuna, 1997).

¹Arquiteta e doutoranda do Curso de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Membro fundador do Grupo de Investigação de Cor e Luz e Investigadora colaboradora do CIAUD - Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design. E-mail: zeliasimoes@gmail.com

²Socióloga e Professora da Licenciatura em Gestão de Políticas Públicas e do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará. Doutorada em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará e Pós-Doutorada pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. E-mail: roselane.bezerra@gmail.com

Independentemente do avanço tecnológico e da complexidade de alguns projetos de intervenção concordamos com Lancaster (1996) e Ribeiro (2007) ao afirmarem que, neste domínio o fenómeno da luz e da cor requer de um maior “controle” na sua aplicação pois, geralmente, é confuso e ou desconsiderado nas diferentes escalas de percepção do espaço urbano.

Assim, tendo como objeto de estudo a *Rua Cândido dos Reis* em Cacilhas, desenvolvemos uma reflexão crítica sobre como está a ser considerada a luz e a cor no processo de requalificação da imagem arquitetónica e urbana da paisagem diurna e noturna. Esta questão é fundamental porque ambas – a luz e a cor – tem uma presença constante na estrutura e configuração da paisagem. Ou seja, assumem a relação dos indivíduos com o espaço e o tempo e alcançam diversas dimensões, designadamente, filosóficas, religiosas, sociais ou psicológicas que revelam, questionam e redefinem afinidades com o lugar.

A partir deste contexto, salientam-se, ao longo do artigo, várias referências a autores que permitem contextualizar a problemática e reforçar a importância da adoção de uma metodologia de planeamento de cor e luz que impulse práticas de re (construção) e (re) produção de conhecimento mas, também funções, atividades e transformações sociais que possibilitem a sua salvaguarda e reabilitação. Para o efeito foi elaborada uma análise documental, análise de conteúdo (jornais e revistas locais) e uma pesquisa de campo, da qual retiramos os dados que formaram o conjunto da análise.

1. Luz e cor

Paisagem diurna

Detentora de uma presença significativa na paisagem, a cor inseparável da luz, constitui-se como um elemento cujas características, ao longo dos séculos, têm admitido diferentes formas de estruturação, identificação e comunicação. Na sua representação permanente ou emergente, abstrata ou concreta, reconhecemos a presença de uma realidade material e imaterial que influencia a experiência perceptual e sensorial dos indivíduos (Durão, 2002; Mahnke, 1996).

Variável mediante o contexto, o fenómeno da cor e da luz não se encontra sujeito a uma regra universal. A sua importância no passado, a sua influência na compreensão do presente e a sua contribuição para as ações do futuro definem múltiplas dimensões que transformam a

imagem da cidade. Ou seja, a imagem urbana e arquitetónica que emerge de vivências em diversos contextos formais e informais atende a um conjunto de motivações sociais, ideológicas, simbólicas e económicas. Nesta metamorfose de experiências, são evidenciadas singularidades ou especificidades que, segundo Lynch (1960) e França (2003) permitem ampliar a compreensão das representações e práticas que definem os significados do dia-a-dia.

A partir deste contexto, reconhecemos a ideia de que, “a transformação da cidade é a história do uso urbano como significado da cidade. Sua vitalidade ensina o que o usuário pensa, sente, deseja e despreza, revela suas escolhas, tendências e prazeres” (Ferrara, 1988, p. 3). Neste diálogo entre o sensível (subjetividade) e o inteligível (objetividade), o espaço urbano comunica a intensidade das formas numa relação entre cor, luz, sombra e matéria, articulando os significados de determinada cultura e os significantes gerais e próprios da condição humana e física.

Contudo, nas últimas décadas, a evolução científica-tecnológica, os diferentes fluxos e as mutações sócio-culturais têm vindo a produzir alterações que afetam significativamente a imagem das cidades. Como refere Aguiar (2002, p. 111), “verifica-se uma impressionante homogeneização dos lugares e das arquiteturas, produto dos intensos processos de transformação, que uns chamam desenvolvimento e outros degradação cultural”. Isto é, verifica-se que, raramente, a utilização da cor e da luz obedece a planos com capacidade para perdurar no tempo, estando sobretudo sujeita ao improvisado ou casualidade, a imperativos comerciais ou políticos, a efeitos de gosto, moda ou *marketing* e a mecanismos de distinção ou imitação social.

Como bem refere Lancaster, “Em princípio, a maioria destes usos pode ser justificada pela sua intenção, mas o efeito coletivo pode ser, e frequentemente é confuso. Existem duas razões óbvias para isso: a primeira consiste no grande volume de informação que é produzida; a segunda consiste na dificuldade de conseguir uma coordenação eficaz porque estão envolvidas decisões de design³” (Lancaster: 1996, p. 74).

Apesar destas circunstâncias o conceito de *geografia da cor* desenvolvido por Lenclos (1989, p. 6) e a *identidade cromática local* ou *colore loci* defendido por Raimondo (1987, citado por Aguiar, 2002, p. 381) não perderam relevância. A influência geográfica, cultural, antropológica e social continua a impor a sua presença. O conhecimento destas evidências têm legitimado o argumento de que os instrumentos

³Tradução livre do texto original do autor - “In principle most of these uses can be justified by their intention, but the collective effect can be, and often is confuse. There are two obvious reasons for this: the first is the sheer volume of information that is produced; the second is difficulty of achieving effective co-ordination because design decisions are involved”.

de planeamento de cor e luz são cada vez mais importantes. Estes instrumentos ou planos apresentam uma elevada complexidade, pois requerem um conhecimento de múltiplos aspetos que, segundo Aguiar (2002, p. 382), se referem designadamente a “três vertentes: as implicações da presença da cor, a distribuição da cor à escala urbana; e a distribuição da cor à escala arquitetónica”. A dificuldade reside, na mediação entre o interesse coletivo e individual do controlo da imagem urbana e arquitetónica (ver figura 1).

Assim, com uma forte presença visual e à semelhança de outros instrumentos de planeamento, um plano de cor pode ser *impositivo* ou *propositivo* e de natureza monocromática ou policromática. Estes admitem como “classificações tipológicas mais operacionais: o *Plano do Príncipe*, o *Plano do Filólogo* e o *Plano dos Cidadãos*” (Raimondo 1987, citado por Aguiar, 2002, p. 382-383). O *Plano do Príncipe* de cariz impositivo e monocromático depende das competências de uma deliberação individualizada ou domínio político e, excepcionalmente de um propósito coletivo. O *Plano do Filólogo* impositivo e de natureza policromática desenvolve-se fundamentalmente de acordo com uma perspetiva histórica e paisagística. O *Plano dos Cidadãos*, propositivo e policromático estabelece uma comunicação interativa entre a norma e a realidade concreta, individual, de cada intervenção.

Neste sentido, reconhece-se a necessidade de adotar, uma metodologia interdisciplinar que defina parâmetros suficientemente aceites em ambas as tipologias de planos. Ou seja, que permitam beneficiar a comunidade num espaço e tempo específico, explorando novas possibilidades de expressão da cor e da luz que redescubram a componente física e social do espaço. Derivando, sobretudo do contexto onde se atua deverá mediar aspetos, na análise, na gestão, no

projeto, na construção, na avaliação e na apreciação que possam auxiliar na requalificação integrada e sustentável da imagem arquitetónica e urbana.

Paisagem noturna

A iluminação desempenha um papel importante na dinâmica do movimento e da segurança, na eficiência energética e ambiental, no comportamento cultural e social do espaço urbano. A paisagem noturna marcada pelos efeitos de luz e sombra afeta o espaço perceptível. Como mencionam Miguez (2005) e Filho (2008), durante muito tempo, os atributos de iluminação urbana foram associados, maioritariamente, à função circunscrevendo princípios, como: a utilidade, a economia e a segurança, tendo sido aplicados desde a descoberta do fogo e utilizados desde então através da luz natural. Recentemente, os movimentos difundidos na Europa “L’Urbanisme Lumière” e na América do Norte “City Beautification” relacionam outras questões, tais como: a valorização do espaço, a preocupação com identidade cultural; a hierarquia e legibilidade de edifícios e espaços públicos; a criação de cenários urbanos e narrativas e a definição de ambientes psicológicos e simbólicos.

Diferentes na aplicabilidade, o modelo americano enfatiza o desenvolvimento de um cenário e a valorização da cidade como um produto para incentivar o turismo e economia (Filho, 2010), o modelo europeu destaca a preservação da ambiência e o embelezamento da cidade como um elemento de apreciação e característico do espaço urbano (Narboni, 2003). A adoção de muitos destes princípios nos planos urbanos de iluminação é, atualmente, uma realidade presente em muitas cidades do mundo. Cidades como Rosário (Argentina),



Figura 1 – Porto, Lisboa e Almada

Fonte: José Andrade, s. d.; Edilson Benvenuti, 2015; CMA, 2016⁴

⁴José Paulo Andrade (s. d.), Vela do Buraco; Rua de Pena Ventosa, [Fotografia: Porto], Disponível: <http://www.pbase.com/jandrade/ruas_do_porto&view=slideshow> (Acedido a 06 de Agosto de 2016); Edilson Benvenuti (2015), Rua da Rosa, Bairro Alto [Fotografia: Lisboa], Disponível: <<http://www.panoramio.com/user/190133>> (Acedido a 06 de Agosto de 2016); Câmara Municipal de Almada (2016), Museu do Sítio - Núcleo Medieval e Moderno de Almada Velha [Fotografia: Almada], Disponível: <http://www.malmada.pt/xportal/xmain?xpid=cmav2&xpgid=galeria_imagens&galeria_imagens_top_qry=boui=43899969&galeria_imagens_bottom_qry=classif=19876674&galeria_imagens_title_qry=boui=19876674> (Acedido a 06 de Agosto de 2016)



Figura 2 – Almada, Lisboa (Bruno Peinado, *Lune - Luz Boa* 2006), Guimarães (Cutileiro, *Dom Afonso Henriques* 2001)
 Fonte: João Pavão, 2010; António Almeida, 2006; Jean Philippe, 2013

Salt Lake City e Minneapolis (Estados Unidos); Sovico (Itália), Eindhoven (Holanda), Seoul (Coreia do Sul), Melbourne (Austrália) e Saint-Denis (França), são frequentemente citadas na literatura, como exemplos bem-sucedidos.

Em Portugal, tem existido uma preocupação modesta neste âmbito. A qualificação do espaço pela iluminação é tratada de forma mais local (rua, praça, edifício, etc.) ou está associado a uma tendência de projetos pontuais, geralmente para situações específicas de valorização de conjuntos urbanos históricos e tradicionais, predominantemente desenvolvidos por arquitetos e urbanistas que abordam superficialmente as conceções que devem ser consideradas de forma integrada (ver figura 2).

Por outro lado, frequentemente são criadas instalações ou festivais de luz que são geralmente implementados pelos departamentos de Turismo e *Marketing* Urbano ou por Organizações Artísticas, onde o objetivo principal ou mais evidente consiste na criação de ambiências que procuram uma relação estética entre a luz e a arquitetura, a dramatização da cena arquitetónica. Em muitos destes projetos existe uma forte crítica quanto ao “empirismo”, às soluções propostas e ao excesso de energia despendida para alcançar efeitos cenográficos que supervalorizam a arquitetura e o espaço urbano (Caeiro, 2007, p. 118).

O tema é multidisciplinar e abrange a ciência no campo das políticas de proteção e preservação do património ambiental urbano, do urbanismo, da sociologia, da antropologia e da fotometria. Na discussão que se impõe sobre a cidade, consideramos que deverá existir um maior debate de todas estas oportunidades, no contacto entre culturas profissionais, na partilha de conhecimentos técnicos e na celebração da luz com o motor cultural para as sociedades onde as narrativas do Humano possam encontrar palcos adequados às infinitas aspirações de todos nós (Ribeiro, 2007, p. 148-151; Jesus, 2010, p. 1).

Impondo-se não somente ao olhar, mas tam-

bém à consciência, não se trata de copiar nenhum modelo existente, mas de respeitar uma herança cultural e de promover, em cada caso, uma postura crítica de valorização da relação entre a poética e a técnica. Uma abordagem multidisciplinar e integrada que considere o desenvolvimento de novos conceitos e tecnologias de interação entre a matéria, a luz, a sombra e a cor mas também a evolução de uma sociedade.

Assim, o objetivo da iluminação urbana não é apenas o de garantir melhores níveis de segurança e bem-estar para os cidadãos ou destacar referências culturais mas também, como menciona Gonçalves (2006, p. 11) de realçar as ambiências – o espaço arquitetonicamente organizado e animado que constitui, sob essa perspetiva, um meio físico, estético e psicológico, especialmente aparelhado que reflita o modo de viver, fazer e pensar das comunidades. “Dessa forma, as ambiências revelam a cultura e o espírito do lugar como um ambiente personalizado em um movimento contrário à padronização das cidades e globalização da “lógica” da intervenção urbana”.

Neste contexto, a iluminação urbana não deve ser implementada sem a adoção de um instrumento de planificação adequado, sem a definição de uma estratégia global e coerente que evite o desenvolvimento aleatório perceptível em muitas realizações, nomeadamente, sem uma identificação de áreas homogêneas de intervenção, sem uma orientação que promova um efetivo controlo da poluição luminosa, proliferação desajustada e inconsciente de pontos de luz, sem uma política consistente de renovação do equipamento existente.

2. Rua Cândido dos Reis, Cacilhas

Contextualização

O município de Almada⁵ tem vindo a reunir vários instrumentos de gestão territorial e aderido

⁵ O concelho de Almada tem cerca de 101.500 habitantes (Bezerra, 2013/14), pertence ao distrito de Setúbal e esta dividida em 11 freguesias. Almada deixou de ser uma cidade industrial nos anos 1990, tem muitos espaços degradados, especialmente nas antigas instalações ligadas a indústria naval e outras indústrias nas margens do rio Tejo.

a programas de financiamento com o propósito de transformar a estrutura urbana e consequentemente implementar uma mudança de imagem, a qual durante muitos anos foi associada a diversas atividades industriais (Moreira, 2004; Rodrigues, 2001). Tendo sido atribuída uma relevância essencial à reabilitação e regeneração urbana. Neste âmbito, a freguesia de Cacilhas, uma das mais antigas da cidade, foi nomeada como um dos lugares para a implementação de um Plano de Pormenor análogo a um laboratório modelo de gestão do território (Pardal e Janeiro, 2015).

Enquadrado na primeira Área de *Reabilitação Urbana* (ARU) do país, o plano envolve processos de informação e participação pública que, abrangem o núcleo central de Cacilhas e a sua artéria mais importante, a Rua Cândido dos Reis (ver figura 3). Com o objetivo de melhorar a imagem urbana e arquitetónica da rua, foram definidas estratégias que assentam na promoção do turismo associado ao lazer e à cultura, na valorização do comércio local e na requalificação do centro histórico.

Processo de requalificação

Pardal e Janeiro (2015, p.1) referem que, para além dos apoios decorrentes dos benefícios fiscais e financeiros da ARU, a *Requalificação da Rua Cândido dos Reis*, integra os princípios que

regem o Programa Operacional Regional de Lisboa, o Plano Diretor Municipal e o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). A partir deste contexto, foram definidas pela autarquia duas fases de intervenção.

A primeira fase (2011-2012) de iniciativa pública, corresponde ao *Plano de Requalificação da Rua Cândido dos Reis* liderado pelo arquiteto António Olaio (ver figura 4).

Considerando as pré-existências do lugar, a proximidade e relação com o rio Tejo, a cidade de Lisboa e o interface de transportes fluviais e terrestres, o projeto consiste: na reconfiguração do percurso automóvel de forma a condicionar a sua circulação e presença; na redução do estacionamento e acréscimo do percurso pedonal de forma a reduzir a poluição ambiental; no aumento da permeabilidade do solo e no incremento de segurança, inclusão e qualidade de vida do cidadão.

Para o efeito foi repavimentada toda a extensão da rua (com início junto ao largo Alfredo Dinis e termino no Largo dos Bombeiros Voluntários) em calçada portuguesa e lajetas de betão.

Para valorizar a tradição e expressão cultural local, os desenhos remetem para temas alusivos às ondas do mar, aos barcos típicos do rio Tejo e aos golfinhos.

As qualidades múltiplas e variáveis dos revestimentos, através das texturas, padrões e cores tradicionais (calcário vidraço branco, calcário vidraço azul-escuro, calcário vidraço beje-acasta-

LEGENDAS:

- 1 Oceano Atlântico
- 2 Rio Tejo
- 3 Concelho de Almada
- 4 Cidade de Lisboa

- 1 Interface fluvial e terrestre
- 2 Caís do Ginjal
- 3 Largo Alfredo Dinis
- 4 Rua Cândido dos Reis
- 5 Largo dos Bombeiros Voluntários

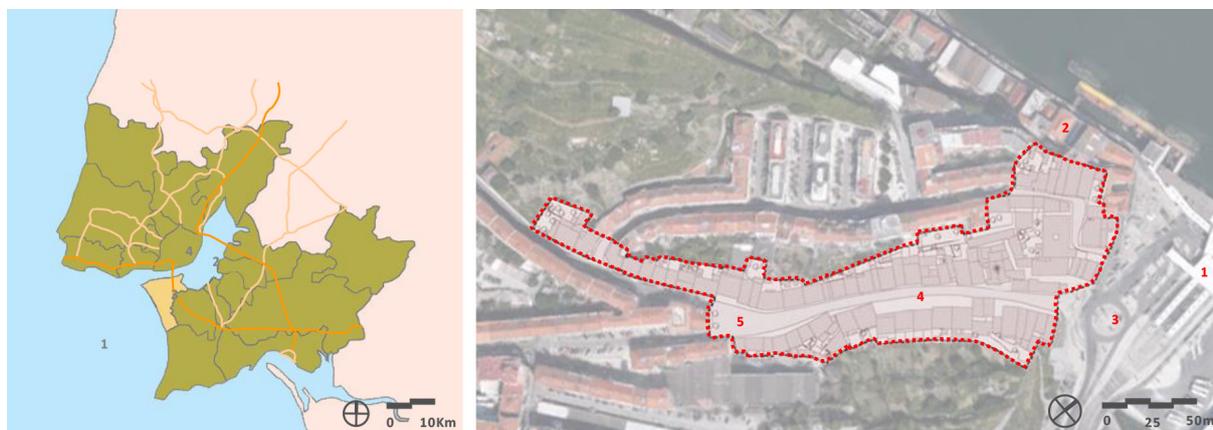


Figura 3 – Enquadramento territorial da Área Metropolitana de Lisboa e do perímetro da ARU de Cacilhas
Fonte: Adaptação e montagem de Simões, 2016



Figura 4 – Plano de Requalificação da Rua Cândido dos Reis
 Fonte: Adaptação e montagem de Bezerra e Simões, 2016

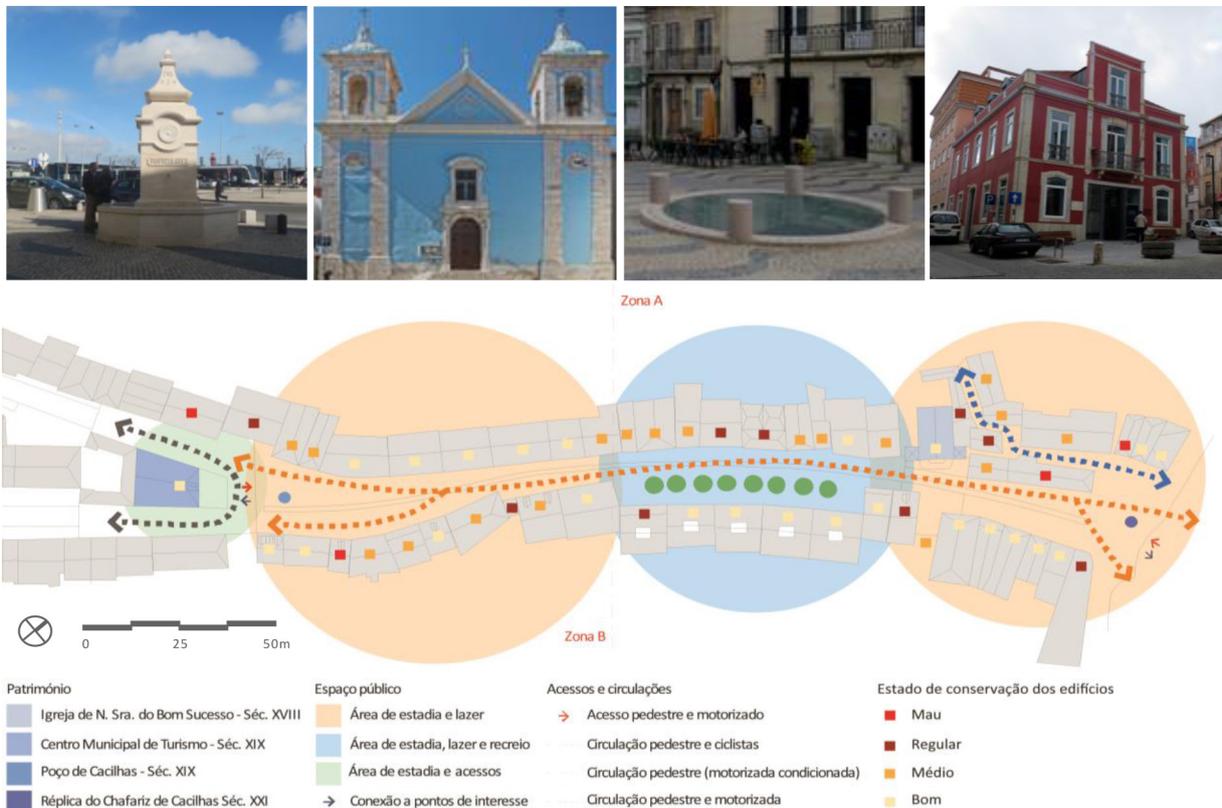


Figura 5 – Diagrama de Análise Urbana I
 Fonte: Elaboração própria, 2016

nhado da calçada e o cinzento-escuro das lajetas) e, sobretudo, dos resultados da iluminação (contraste entre claro/escuro, adaptação ao clima pela absorção e reflexão da temperatura do pavimento) viabiliza um imaginário de memórias, imagens e emoções a quem a vivência.

Esta evidência de reapropriação do espaço e do movimento (Cullen, 1983) é também reforçada pelas necessidades sociais, culturais ou comerciais. Através da renovação das infraestruturas de saneamento, da ampliação de área de esplanadas, da renovação da luz artificial e implementação de mobiliário urbano são definidos diferentes tipos de ocupação na paisagem diurna e noturna.

A segunda fase (de 2011 à atualidade) de iniciativa pública, corresponde às intervenções de restauro e reabilitação do Poço de Cacilhas, da Igreja da Nossa Senhora do Bom Sucesso e do Centro Municipal de Turismo e à recriação e reposicionamento do antigo chafariz do Largo Alfredo Dinis (ver figura 5).

Complementarmente, por iniciativa privada, através da ARU de Cacilhas e com o apoio do Gabinete Técnico da Câmara, tem vindo a ser recuperado o edificado existente que apresentava uma generalizada degradação por envelhecimento natural, ausência de manutenção e limpeza. Nesta reconstrução da imagem urbana e arquitetónica, o ambiente propicia novas relações entre os cidadãos e a paisagem (Lynch, 1960).

As potencialidades e a aplicabilidade da luz e da cor

As dinâmicas cromáticas e lumínicas da paisagem diurna e noturna resultantes da requalificação em curso da *Rua Cândido dos Reis*, conduziu-nos ao desenvolvimento de uma análise na qual se integra o estudo dos fatores que influenciam a formação da nova imagem local. Assim, partindo dos princípios metodológicos de Lenclos (1989, pp.4-5) e Fiori (2000, pp.77-88), foram considerados três níveis de perceção da escala urbana e arquitetónica: global (lugar), elementar (rua) e pormenor (objeto).

Para a construção deste modelo de análise, numa primeira fase (pesquisa de campo), procedeu-se à observação *in loco* das cores, dos padrões e das texturas existentes no espaço urbano. Posteriormente, foi efetuada a codificação destes elementos (Sistema NCS - *Natural Colour System* e Escala Temperatura de Cor – Kelvin), diversos registos gráficos e exercícios pictóricos, assim como fotografias que, enquanto documentos iconográficos permitiram a recolha da informação.

O registo do existente foi realizado, na paisagem diurna, à mesma hora do dia, para minimizar as transformações do espaço provocadas pela alteração da luz solar ao longo do ciclo dia/noite; ciclo do próprio dia e o ciclo climático. Na paisagem noturna, foi realizado no final da tarde (mutação do dia para a noite) e noite (permanência da noite).

Assim, na *perceção global*, foram considerados vários fatores relativos ao lugar, nomeadamente, as condicionantes geográficas, geológicas, climáticas e os materiais de construção que, contribuem para a criação de ambiências. Os valores cromáticos e lumínicos destes elementos atribuem qualidades à paisagem distinguindo particularidades na imagem local. Porém, verifica-se a tendência expressa por Lancaster (1996), para os edifícios funcionarem como elementos de publicidade, em virtude da sua ocupação, forma, cor ou ambos.

Na *perceção elementar*, uma escala mais próxima, foi observada a rua incidindo em fatores como a predominância visual e significativa das imagens existentes e emergentes (Cullen, 1983) que compõem a paisagem diurna e são referência na paisagem noturna. Destacando-se como elementos de perceção ou sensação do corpo, o pavimento em calçada portuguesa, os paramentos pintados ou revestidos a pedra, cerâmica, e azulejos e as coberturas de telha cerâmica (de períodos históricos diferenciados) impõem uma presença que confere à envolvente qualidades perceptíveis, através da cor, brilho, padrão e textura (ver figura 6).

É possível perceber que o reforço da função socializadora, recreativa e turística e a valorização das atividades comerciais concebeu uma nova legibilidade à rua que estabelece contrapontos de intensidade cromática ou ruído visual que acompanham as influências do momento e alteram as cores dos revestimentos originais e tradicionais da arquitetura portuguesa.

A *perceção de pormenor*, agrega componentes que tornam perceptível a tonalidade da luz, a reprodução das cores dos objetos e das superfícies permitindo criar os relevos, as texturas e os volumes dos diferentes planos visuais, nomeadamente, ambiência dos espaços interiores, signos informativos (sinalética), qualidades ambientais e estéticas da materialidade dos objetos.

Na segunda etapa da análise (em *atelier*) foi elaborada uma síntese visual das “constantes” cromáticas e lumínicas encontradas. Esta foi feita a partir do mapeamento e codificação dos revestimentos dos edifícios, destacando-se as cores dominantes de acordo com as escalas de



GLOBAL



Amplitudes Visuais

- Pontos de incidência (visão serial)
- Elemento marcante (cultura, religião, serviços)
- Edifício "barreira"

Iluminação

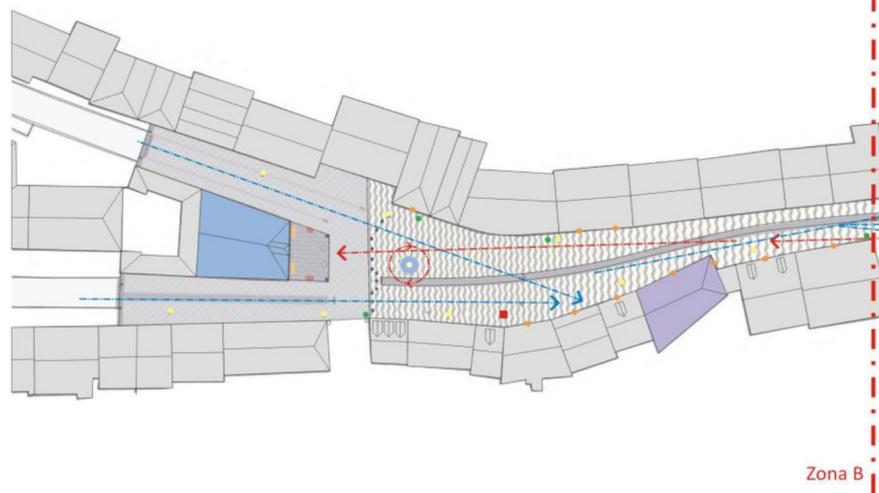
- Iluminação - rua (altura 8 m)
- Iluminação - edifício [sinalética (altura 2,5 - 3m)]
- Iluminação - património [cénica (altura aprox. 10m)]
- Iluminação - património [cénica (altura - interpisos)]

Mobiliário Urbano

- Bancos
- Papeleiras e ecopontos
- Floreiras e caldeiras de árvores
- Pilares e bocas de incêndio
- Parqueamento de bicicletas



ELEMENTAR

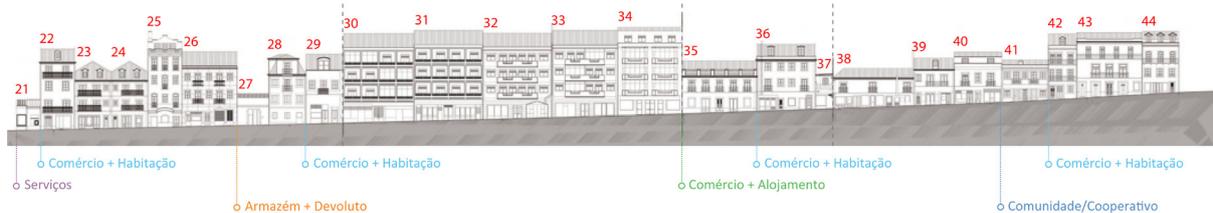


PORMENOR

Figura 6 – Diagrama de Análise Urbana II
Fonte: Elaboração própria, 2016



PERFIL NOROESTE



PERFIL SUDESTE

Figura 7 – Diagrama de Análise Urbana III
Fonte: Elaboração própria, 2016

percepção (paleta geral e elementar) e os grupos do sistema cromático. Neste âmbito, foram contabilizadas quarenta e sete cores nos parâmetros: quatro do grupo “Branco/Preto”, dezassete do grupo “Amarelo/Vermelho”, seis do grupo “Vermelho/Azul”, onze do grupo “Azul/Verde” e nove cores do “Verde/Amarelo”. Relativamente aos socos, cunhais, molduras, cimalthas, platabandas e ornatos foram contabilizadas quatro cores no grupo “Branco/Preto” e duas cores no grupo “Amarelo/Vermelho”. Por outro lado, nas caixilharias e guardas as cores dominantes são cinco no grupo “Branco/Preto”, seis cores no grupo “Amarelo/Vermelho”, três no grupo “Vermelho/Azul”, duas no grupo “Azul/Verde” e quatro no grupo “Verde/Amarelo”. As coberturas estão distribuídas por duas cores no grupo “Branco/Preto” e quatro no grupo “Amarelo/Vermelho”. Finalmente, os pavimentos apresentam duas cores no grupo “Branco/Preto”, uma no grupo do “Amarelo/Vermelho” e uma no grupo do “Vermelho/Azul”. (ver figura 7)

Considerações finais

A análise da Rua Cândido dos Reis, a partir do fenómeno da cor e da luz, permitiu estabelecer um diálogo com diferentes áreas disciplinares, assim como, constituiu uma oportunidade para refletir sobre os diferentes valores de estruturação, identificação e comunicação destes elementos. Embora existam múltiplas possibilidades de abordagens foram aprofundados princípios que podem, a partir do planeamento e estudo integrado da cor e da luz, revelar um conjunto de valores que: manifestam a memória, a história e a cultura; contribuem para a construção de uma imagem local; qualificam positivamente o espaço construído e vivido; e são essenciais no processo de requalificação da paisagem diurna e noturna.

França (2003, p. 18) refere que “a experiência cromática é uma dialética contínua entre razão e emoção, entre longitude de ondas, natureza de luz, sistema visual e nosso eu mais profundo. Inclusão entre arte e ciência; entre física, psicologia e antropologia”. Nesta dinâmica residem as características que definem os modos de vida e as apropriações espaciais.

Ao estimular a vivência e evitar que a rua se transformasse num lugar residual, o processo de requalificação, de iniciativa pública e privada, tem vindo a criar novos incentivos destinados ao lazer, cultura, turismo e comércio, articulados com a arte, o *design*, e a vegetação paisagística-

mente concebida. A partir deste contexto, verifica-se um aumento do interesse relativo ao fenómeno da cor e da luz, embora a sua relação com o espaço arquitetónico e urbano necessite de ser mais aprofundada pois, frequentemente, está associada mais à experimentação e intuição do que à gestão ordenada e científica de princípios.

Assim, reforça-se que um plano de cor e de luz em operações de requalificação, não é apenas de um instrumento de controlo das opções. É um instrumento de conhecimento e de projeto que abrange diferentes variáveis da materialidade e formas de percepção onde se reaprende a interpretar a linguagem urbana e arquitetónica e a restituir outras possibilidades de leitura com maior qualidade cromática e lumínica.

Referências bibliográficas

- Aguiar, J. (2002), “Cor e Cidade Histórica. Estudos cromáticos e conservação do património”, Porto: FAUP.
- Bezerra, R. (2014), “Políticas urbanas e processos de patrimonialização nas cidades de Fortaleza e de Almada”, Forum Sociológico [Online], 25, pp. 45-51. Disponível: <<http://sociologico.revues.org/931>> [consultado a 30 de Março de 2016].
- Bezerra, R. (2013/14), “Almada, narrativas de uma cidade em transformação”, Scientia, vol. 2, nº 3, nov. 2013/jun.2014, pp. 121-128.
- Caeiro, N. (2007), “Luz, Arte, Comunicação e Cenografia”, em Sofia Thenaisie e Luís Urbano (Eds.), Desenhar a Luz. Designing Light, Porto: FAUP, pp. 113 – 118.
- Cullen, G. (1983), “Paisagem Urbana”, Lisboa: Edições 70.
- Durão, M. (2002), “Colour in the Built Environment”, Fabrikart, 2, pp. 162-169
- Ferrara, L. (1988), “Ver a cidade: cidade, imagem, leitura”, São Paulo: Nobel.
- Filho, E. (2008), “Iluminação Urbana: Análise Comparativa e Construção de Plano Director de Iluminação em Ambientes Urbanos Brasileiros”, em 7º Seminário Internacional da NUTAU - O espaço sustentável – inovações em edifícios e cidades, 159, São Paulo: NUTAU/USP. Disponível: <www.usp.br/nutau/CD/154.pdf> [consultado a 20 de Novembro de 2015].
- Fiori, S. (2000), “Réinvestir L’espace Nocturne: les concepteurs lumière”, Les Annales de la Recherche Urbaine, n. 87, pp. 73-80.
- França, R. (2003), “As cores do Bonfim”, Salvador: Rosa Alice França.
- Fortuna, C. (1997), “Destradicionalização e imagem da cidade: O caso de Évora em Carlos

Fortuna (org.)”, Cidade, Cultura e Globalização - Ensaios de Sociologia, Oeiras: Celta, pp. 231-257.

- Fortuna, C. (2009), “Cidade e Urbanidade em Carlos Fortuna e Rogério Proença Leite”, (Orgs.), Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos, Coimbra: Almedina, pp. 83-97.

- Gonçalves, A. (2006), “Iluminação Urbana. A construção da paisagem nocturna de sítios históricos”, Lume [online], 20, pp. 10-13. Disponível: <http://www.lumearquitetura.com.br/pdf/ed20/ed_20_Ilum_Pub.pdf> [consultado a 20 de Novembro de 2015].

- Jesus, R. (2010), “Plano Diretor de Iluminação Urbana”, *Arquitextos* [online], 118.03. Disponível: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.118/3374>> [consultado a 20 de Novembro de 2015].

- Lancaster, M. (1996), *Colourscape*, London: Academy Editions.

- Lenclos, J. (1989), “The Geography of Color”, Tokyo, San’ei Shobo Publishing Co.

- Lynch, K. (1960). “A Imagem da Cidade”, Lisboa: Edições 70.

- Mahnke, F. (1999), “Color, Environment & Human Response”, Nova Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

- Miguez, J. (2005), “A iluminação da Arquitectura e seu impacto sobre a cidade. City Beautification x L’ urbanisme Lumière”, Lume [online], 03, pp. 4-8. Disponível: <http://www.lumearquitetura.com.br/pdf/LA_Pro3/02%20%20pro_fachadas_Vis%C3%A3o_Geral.pdf> [consultado a 20 de Novembro de 2015].

- Moreira, G. (2004), “Da cidade industrial à pós-industrial: Contributo para uma análise da transformação urbana em Portugal”, Sociedade e Território: Revista de Estudos Urbanos e Regionais 37/38, pp. 27-36.

- Narboni, R. (2003), “A luz e a paisagem. Criar paisagens nocturnas”, Lisboa: Livros Horizonte.

- NCS Colour AB (2016), “NCS Navigator” [online], Stockholm: NCS Colour AB. Disponível: <http://www.ncscolour.com/en/design-architecture/work-digitally-with-ncs/ncs-navigator/> [consultado a 1 de Junho de 2016].

- Pardal, A e Janeiro, A. (2015), “Almada: reabilitar, revitalizar”, Poder Local – Revista de Administração Democrática [online], 04/2015, Disponível: <<http://revistapoderlocal.pt/index.php/e-revista/artigos/42-reabilitacao-urbana/50-almada-reabilitar-revitalizar>> [consultado a 30 de Março de 2016].

- Ribeiro, N. (2007), “A cidade visível. Luz, sustentabilidade e novas tecnologias”, em Sofia

Thenaisie e Luís Urbano (Eds.), *Desenhar a Luz. Designing Light*. Porto: FAUP, pp. 147-151.

- Richards, G. (2001), “The experience industry and the creation of attractions”, em Greg Richards, (org.), *Cultural attractions and European Tourism*, Nova Iorque: CABI Publishing, pp. 55-69.

- Rodrigues, J. (2001), “O Arranque da Metropolização na Margem Sul: Factores e modos de urbanização da região de Almada (1935-1947)” em Magda Pinheiro, Luis V. Baptista e Maria João Vaz, (Orgs), *Cidade e Metrópole: Centralidades e Marginalidades*, Oeiras: Celta, pp. 137-149.

- Sánchez, F. (2010), “A reinvenção das cidades para um mercado mundial”, Chapecó: Argus.